

ARENDT: O PENSAR E O ACONTECIMENTO

José João Neves Barbosa Vicente ¹

Resumo: Existe em Arendt uma rigorosa relação entre o pensar e o acontecimento que não pode ser ignorada quando se pretende analisar o seu pensamento; essa relação surge, principalmente, em suas análises do fenômeno totalitário. Nesse sentido, a proposta deste texto é explorar essa relação a partir da obra *Origens do totalitarismo*.

Palavras – Chave: Compreensão; Comunismo; Nazismo; Totalitarismo;

Abstract: There is a strict relationship between thinking and the development that can not be ignored when trying to analyze the thought of Arendt; this relationship arises mainly in their analysis of the totalitarian phenomenon. In this sense, the purpose of this text is to explore this relationship from the book *Origin of totalitarianism*.

Keywords: Understanding; Communism; Nazism; Totalitarianism,

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Na história do pensamento, não temos registro de nenhum outro pensador que conseguiu designar, de maneira tão rigorosa, o laço entre o pensar e o acontecimento como fez Arendt. A partir de um acontecimento – o *totalitarismo*, “a maior desgraça”, nas palavras de Touraine (1996, p.10), “que no século XX atingiu o continente europeu – espaço onde tinha surgido a democracia”, ela deixou de ser um “simples espectador”. Para Arendt (1972, p.41), o pensamento nasce de acontecimento, ou em outros termos, “de incidentes da experiência viva”. Portanto, existe para a nossa autora, uma relação direta entre o pensar e o acontecimento, e neste texto pretendemos explorar essa relação a partir da sua análise do fenômeno totalitário.

Pensar o acontecimento é, para Arendt, compreendê-lo; é encarar a realidade de frente, por mais terrível que seja e demonstrar que enquanto houver seres com capacidade crítica, tanto a garra exterminadora da força totalitária, como qualquer outro tipo de mal, encontrarão resistência. Assim, como nos lembra Roviello (1990, p.89), ela “procura apreender a ‘verdade interna’ do acontecimento”, pensar o delírio totalitário em todas as suas dimensões.

Compreender o fenômeno totalitário foi, para Arendt, a questão fundamental, mas ela não podia executar essa tarefa com ajuda dos conceitos e categorias da nossa tradição de pensamento:

O problema da sabedoria do passado é que ela, por assim dizer, morre em nossas mãos tão logo tentamos aplicá-la de forma honesta às experiências políticas centrais dos nossos tempos. Tudo o que sabemos sobre o totalitarismo indica uma terrível originalidade, que nenhum paralelo histórico é capaz de atenuar (ARENDR, 1993, p.41).

A compreensão do totalitarismo, portanto, deve ocorrer sem apoio da tradição, o que em outros termos, significa dizer, que é necessário descobrir um novo caminho, uma nova forma de compreender. Esse desafio enfrentado por Arendt o levou a escrever uma obra (*Origens do totalitarismo*) que apresentou ao mundo não apenas uma forma de dominação nova e sem precedentes na história da humanidade, mas, também, uma ideia nova. Ou seja, uma forma nova de se lidar com os acontecimentos do século XX, principalmente os acontecimentos políticos, que destrói, com efeito, os usos convencionados da investigação acadêmica.

Sem poder contar com as “categorias do pensamento político”, pois, como observou

Friedrich, “a tradição uma vez perdida, não pode ser restaurada” (Friedrich, 1974, p.119.), arendt diz que é preciso pensar de novo, repensar o mundo para o torna-lo de novo compreensível, isto é, habitável:

Embora não tenhamos os metros para medir e as regras sob as quais podemos subsumir o particular, um ser cuja essência é o começo pode trazer dentro de si um teor suficiente de origem para compreender sem categorias preconcebidas e julgar sem este conjunto de regras comuns que é a moralidade. Se a essência de toda a ação, e em particular da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferente das muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história), no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe (ARENDR, 1993, p.53).

Esse “reconciliar-se com”, para nossa autora, não significa de forma alguma perdoar, muito menos concordar. “Reconciliar-se com”, da perspectiva da nossa autora, insiste precisamente no desafio que representam para o pensamento os acontecimentos recentes da história ocidental, que as categorias tradicionais do juízo já não conseguem integrar. Sempre quando nos confrontamos com alguma coisa que nunca havíamos visto antes e para qual não estão a nossa disposição critérios de nenhum tipo, Hannah Arendt nos aconselha a recorrer à nós mesmo. Ou seja, procurar em nós mesmo alguma faculdade capaz de propor critérios novos e evidenciar a novidade em questão. Essa faculdade é para ela, a faculdade de julgar:

esse julgar não tem parâmetro, não pode recorrer a coisa alguma senão à própria evidência do julgado, não possui nenhum outro pressuposto que não a capacidade humana do discernimento, e tem muito mais a ver com a capacidade de diferenciar do que com a capacidade de ordenar e subordinar (ARENDR, 1999, pp.31-32).

Esse julgar, no entanto, para ela, não pode de maneira alguma, significar outra coisa senão uma forma de tomar uma posição diante dos eventos particulares do mundo, refletir sobre eles sem que se disponha de antemão de um conceito ou regras universais que possam ser aplicados ao caso. Nesse sentido, tentar compreender o fenômeno totalitário significa para Arendt, fundamentalmente emitir “juízos” sobre fatos, mesmo que neles se não tivesse participado. Compreender significa no fundo, uma forma de se lidar com a realidade humana:

Distinguindo-se da informação correta e do conhecimento científico, a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultado inequívoco. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos inserir em casa no mundo (ARENDDT, 1993, p.39).

Compreender vai muito além do simples relacionar os acontecimentos com determinadas leis gerais, compará-los com outros fatos análogos do passado. No caso do totalitarismo, conforme nos lembra Arendt, por exemplo, se agirmos apenas dessa forma, certamente estaremos passando ao lado daquilo que nele é o essencial, a saber, o seu caráter chocante e monstruoso. Compreender, nos lembra Arendt, pressupõe acima de tudo, uma certa dose de coragem e resistência para enfrentar a realidade nua e crua:

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou ao explicar fenômeno, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou diante de nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido (ARENDDT, 1990, p.21).

Para se pôr em condição de julgar, de compreender algo inédito e sem precedentes, ou seja, o fenômeno totalitário, Arendt recorre a uma “instância da mente” segundo ela, de extrema importância, a *imaginação*. Distinta do sonho e da fantasia, a imaginação possibilita ao homem “remover-se mentalmente de onde” se encontra “fisicamente colocado”, para pensar “que as coisas poderiam ser diferentes do que realmente são” (ARENDDT, 1973, p.15). A imaginação é entendida fundamentalmente, por Arendt, como a capacidade de fazer presente o ausente. Isto é, segundo a nossa autora, quando o objeto está muito próximo, imediato, a imaginação dá o distanciamento necessário para eliminar eventuais prejuízos e parcialidades; quando o objeto está distante, ela o torna familiar. Além disso, imaginar é também não apenas representar uma coisa ausente, mas também, é pôr-se no lugar de um outro ser humano, próximo ou distante.

A imaginação é, portanto, considerada por Arendt, uma capacidade humana de fundamental importância. Como ela mesma diz, é a única bússola interior que possuímos o que quer dizer que, sem ela, não poderíamos referenciar-nos no mundo:

Distinguir a imaginação da fantasia e mobilizar seu poder não significa tornar “irracional” a compreensão dos assuntos humanos [...] Somente a imaginação nos permite ver as coisas em suas perspectivas próprias; só ela coloca a uma certa distância o que está próximo demais para que possamos ver e compreender sem tendências ou preconceitos; e só ela permite superar os abismos que nos separam do que é remoto, para que possamos ver e compreender tudo o que está longe demais como se fosse assunto nosso [...] sem esse tipo de imaginação, que na verdade é compreensão, jamais seríamos capazes de nos orientar no mundo (ARENDDT, 1993, p.53.).

É importante salientar que, da perspectiva de Hannah Arendt, toda essa tentativa da compreensão, significa primordialmente apoiar-se numa compreensão pré-crítica, no senso comum. O senso comum, diz a nossa autora, vê o fenômeno totalitário como uma simples tirania, que nega simplesmente a liberdade humana, ao passo que se trata, evidentemente, de algo completamente diferente: “Muitas outras formas de governo negaram a liberdade, se bem que nunca de uma maneira tão radical quantos os regimes totalitários; de modo que essa negação não é a chave principal para a compreensão do totalitarismo” (ARENDDT, 1993, p.42.).

Portanto, na base de todo e qualquer conhecimento, está a compreensão preliminar ou pré-crítica. Ou seja, ao expressar uma compreensão preliminar, nos lembra Arendt, a linguagem popular inicia assim o processo da verdadeira compreensão. Por exemplo, diz a nossa autora:

Foi a compreensão comum e acríica do povo que, antes de mais nada, induziu toda uma geração de historiadores, economistas e cientistas políticos a empenhar seus maiores esforços na investigação das causas e das consequências do imperialismo, e, ao mesmo tempo, a distorcê-lo, representando-o, à maneira assíria, egípcia ou romana, em termos de construção de um império, compreendendo-lhe equivocadamente os motivos como “sede de conquista”, descrevendo Cecil Rhodes como um segundo Napoleão e Napoleão como um segundo Julio César (ARENDDT, 1993, pp.43-44.).

A arrancada rumo a uma compreensão do fenômeno totalitário, conforme observação de Arendt, também, só se tornou possível, quando a compreensão comum e acríica o apontou como sendo um perigo, determinando que, ao lutarmos contra ele, lutamos pela liberdade. Ou seja, O totalitarismo, do mesmo modo, só se tornou um tópico de estudo corrente quando a compreensão preliminar reconheceu-o como questão central e como o mais significativo perigo da época (ARENDDT, 1993, p.44.).

Em *Origens do totalitarismo*, Arendt apresentou uma forma de dominação singular e

sem precedentes, possibilitada principalmente pelo aparecimento do *homem massa* e demonstrou ser possível o mal radical, até então absolutamente inconcebível pela nossa tradição de pensamento. Estamos, segundo ela, em presença de um regime inédito; isto é, nunca existiu nada que lhe fosse semelhante. Portanto, em vão se procurarão os traços ou as premissas em experiências anteriores, a não ser que se caia em generalidades e redundâncias: crueldade, despotismo, tirania, ditadura, etc. Muitos aspiraram ao controle total, mas ninguém conseguiu se tornar tão integralmente totalitário e cruel em seu domínio quanto Hitler, com o seu “raciocínio frio como gelo” e Stalin, com a “impiedade da sua dialética” (Arendt, 1990, p.524.).

O totalitarismo é uma forma de governo que desafia qualquer tipo de expressão mais antiga utilizada por Aristóteles ou Montesquieu, para conceitualizar as formas de governo ao longo da história. Chamá-lo de tirania ou despotismo, ou simplesmente identificá-lo com os despotismos ocidentais do passado mais remoto, é elogiá-lo. Apenas duas marcas registradas caracterizaram as tiranias ao longo dos tempos:

[...] de um lado, o poder arbitrário, sem freio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e de outro, o medo como princípio de ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo (ARENDR, 1990, p.513.).

Algo importante a ser salientado é que, nessas tiranias, a pessoa tinha a liberdade de pelo menos, escolher a oposição, uma liberdade limitada sim, pois sabia que corria o risco de ser torturada ou morta; porém, uma liberdade recusada à vítima do sistema totalitário. Pois, o totalitarismo só se contenta, quando eliminar não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte da liberdade que segundo Arendt, está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. Portanto, no mundo totalitário, realizar um ato voluntário nada mais é, do que a garantia de um castigo máximo que qualquer outro poderia sofrer de qualquer modo. No mundo totalitário, a pessoa já nem pode salvar-se através de uma morte *dotada de sentido*, praticando um ato heroico, visto que essa morte com sentido se dissolvera no meio dos incontáveis mortes arbitrários de pessoas que nada fizeram contra a lei totalitária. O totalitarismo é, portanto, para arendt (1990, p.339-340), uma forma de governo inclassificável dentro dos moldes da filosofia política: “[...] destruiu a própria alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e o poder legítimo” (ARENDR, 1990, p.513.).

No mundo totalitário, a ideologia é o instrumento de explicação de tudo: “os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (ARENDR, 1990, p.521.). Por um lado, ela forma um sistema de interpretação definitiva do mundo, por outro lado, afirma desde logo o seu caráter irrecusável, infalsificável. Mas ela conta com o auxílio do terror, por isso o totalitarismo resumidamente é definida por Arendt (1990, p.526), como “uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico”. Assim:

Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantesca [...] Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles (ARENDR, 1990, p.518.).

Para garantir a propagação e aceitação absoluta da sua lógica como única explicação e a única verdade, e ter a certeza de que ninguém possa contrariá-la, o totalitarismo não se contenta simplesmente em *isolar* os homens. Ou seja, colocá-los numa situação, onde por definição, de acordo com a compreensão arendtiana, eles não podem agir, não podem se revelar, pois, sozinho, sem ninguém para agir com ele, é, da perspectiva de Arendt, absolutamente impossível de um homem agir. Vai a ponto de mudar a “natureza humana”, de “fabricar um novo homem”. Um Homem-Único: aquele essencialmente capaz de se adequar absolutamente e incondicionalmente aos moldes do regime: uma obediência cega.

O poder total requer um mundo de reflexos condicionados, de “cidadãos” com o grau zero de espontaneidade. Isso era possível nos campos de concentração; Nesses laboratórios, portanto, o totalitarismo demonstra sem piedade alguma, que é possível fazer tudo o que se quiser com o homem, inclusive destruí-lo a qualquer momento como se fosse mosquito. Portanto, nesses laboratórios o desejo totalitário era plenamente realizado. Apesar de não ter inventado a crueldade, o massacre coletivo, o genocídio e não ser o primeiro a imaginar a instituição do campo, o regime totalitário conferiu-lhe uma significação sem verdadeiro precedentes na história; administrando a prova da “super fluidez do homem”. Os campos de concentração eram os laboratórios nos quais o totalitarismo produziam em massa, os homens sem alma:

[...] os regimes totalitários descobriram, sem sabê-lo, que existem crimes que os homens não podem nem punir nem perdoar. Quando o impossível foi

tornado possível, acabou-se tornando o mal imperdoável, impunível e absoluto, o qual não podia mais ser explicado pelos maus motivos do interesse pessoal, avareza, cobiça, ressentimento, desejo pelo poder e covardia; e o qual, portanto, o ódio não podia vergar, o amor não podia suportar e a amizade não podia perdoar (ARENDDT, 1990, p.510.).

Impunível porque o mais alto grau de condenação, a pena de morte, é irrisória face à amplitude do mal realizado. Com o enforcamento de Eichmann, por exemplo, o mal não é reparado. E mais, esse mal cometido, é inteiramente desconhecido pelos nossos aparatos jurídicos – ele está acima de qualquer tipo de legalidade humana; o direito está absolutamente incapaz de aplicar uma pena que seja proporcional ao mal cometido sem se tornar ele próprio inumano, ou seja, sem se autodestruir:

É inerente a toda nossa tradição filosófica que não possamos conceber um “mal radical”, e isso se aplica tanto à teologia cristã, que concedeu ao próprio diabo uma origem celestial, como a Kant, o único filósofo que, pela denominação que lhe deu, ao menos deve ter suspeitado de que esse mal existia; embora logo o racionalizasse no conceito de um “rancor pervertido” que podia ser explicado por motivos compreensíveis (Arendt, 1990, p.510.).

Todos aqueles que se empenharam em negar o ser do mal, em “exterminar o ser do mal”, sempre acreditaram absolutamente que a injustiça exercida no seu mais alto grau implica uma contradição e que, como tal, ela deve conduzir a uma autodestruição de que seus próprios práticos não estariam isentos. A falsidade e a má intenção potenciadas a um grau infinito implicam impossibilidades lógicas e a realização do mal deveria, então, equivaler à sua irrealização. Todavia, no mundo totalitário, o mundo da contradição existente, a injustiça suprema – sua característica fundamental, em vez de levar seu autor a um cataclismo final, lhe permite, antes, enfrentar a realidade. Quando após anos de propaganda odiosa esses inimigos irreduzíveis, Hitler e Stalin, subitamente se reconciliaram, a ficção, em vez de ser estourada pelo choque dessa suprema mentira, de alguma forma ultrapassou e estabilizou por um momento o poder de seus mestres.

Esse mal tornado possível pelos regimes totalitários nos campos de concentração, não pode ser compreendido no sentido geral, como simplesmente algo negativo, nocivo e prejudicial à alguém. Não pode ser compreendido como imperfeição, sofrimento ou pecado. Portanto, não é o mal, que, Plotino, por exemplo, o último filósofo antigo, definiu como “a privação do bem” e que os escolásticos precisaram: a privação de um bem devido. A cegueira, por exemplo, é um mal, porque faz parte do homem o direito de ver. Se ele é incapaz de ver o

invisível, apesar de ter bons olhos, ele não pode se lamentar, pois a vista não é feita para ver as coisas mais além de um campo limitado. A ideia é então de que o mal se define negativamente. Ele é puro nada, um vazio no ser. Esse mal, também, não é o mal que como pensava Kant, se encontrava enraizado, por exemplo, nas profundezas insondáveis da alma humana.

O horror que se apoderou das pessoas diante do que o comunismo e o nazismo lhes infligiram, de acordo com Arendt, é radical, precisamente, por não possuir raízes na interioridade do sujeito; ele é radical porque deixou de estar *limitado* pelas motivações ou tendências naturais em que se enraíza, segundo a compreensão kantiana, por exemplo, (ARENDR, 1990, p.510). O mal, portanto, é concebido por Arendt, como tendo sua origem numa ausência, a ausência de pensamento. Esta é uma posição absolutamente desconhecida e inimaginável quer por Agostinho quer por Kant, os dois pensadores mais admirados pela nossa autora. O exemplo mais recente dado por ela, está na pessoa de Adolf Eichmann, um antigo diretor do escritório IV-B-4 da Secretaria Central de Segurança do *Reich*. O burocrático que metodicamente coordenava horários ferroviários para enviar os elementos indesejáveis aos campos de extermínio.

Um homem que não era estúpido e muito menos, “fraco de memória”, porém, “incapaz de discernir o certo do errado” (ARENDR, 1983, p.42.); um homem disposto a cumprir com as suas obrigações, ou seja, disposto simplesmente a cumprir ordens, algo que “é mais antiga que a fala, pois, se assim não fosse, os cães não a entenderiam” (CANETTI, 1995, p.303.). Um homem que chegou a ponto de declarar, que “teria mandado até seu próprio pai à morte, se isto lhe tivesse sido ordenado” (ARENDR, 1983, p.58.). Um homem que apesar de declarar ter lido Kant, aparentemente, não o tinha compreendido, visto que a filosofia moral de Kant está, diz Arendt, estritamente ligada à faculdade de juízo que o homem possui e que exclui a obediência cega.

Enfim, Adolf Eichmann, era simplesmente, um homem incapaz de pensar de se colocar no lugar do outro. Não discerniu o sentido de suas ações, não compreendeu que o mal que fizera era o mal; ele estava preocupado apenas em obedecer e executar as ordens do chefe, e em nenhum momento, sequer, pensou no motivo que o levava a obedecer. Obedecer sem pensar no que te leva a obedecer é da perspectiva de Arendt, um erro fatal. Ora, a conclusão da nossa autora, é de que o mal radical não é profundo, não tem raízes. É obra de indivíduos que criaram um vazio interior, de indivíduos insensíveis ao mundo. Mal radical é,

portanto, o que ela mais tarde chamará de a “banalidade do mal”, uma vez que se trate sempre, no sistema totalitário, como no caso Eichmann, da destruição do pensamento, uma destruição dissimulada, generalizada, despercebida e, nesse sentido, banal, mas igualmente escandalosa prefigurando o aniquilamento escandaloso da vida. “Banalidade”, então, em Arendt, não quer dizer, de maneira alguma, “inocência”; a história de Eichmann, por exemplo, não é absolutamente a de um inocente:

Portanto, sem serem perversos nem sádicos, indivíduos assustadoramente normais, isto é, em perfeita e boa consciência, cometem crimes de uma nova espécie, ou seja, sem precedentes. Apesar de incapazes de julgar, eles se arrogam no direito de decidir de uma forma radical e sem qualquer piedade, quem deve e quem não deve habitar neste planeta. O comportamento de Eichmann, um homem incapaz de distinguir o bem do mal, não significa, porém, para Arendt, apenas um ponto negativo, mas também um benefício que é, muito simplesmente, para ela, o de preservar a possibilidade do próprio pensamento. De acreditar no bem, que para ela, significa muito mais que uma adesão ao pensamento, mas sim, a própria fé no pensamento. Uma fé suficiente para interrogar qualquer valor como caráter fundamental do pensamento. Contra uma sociedade de fabricação e de massificação, a exigência de pensar se torna necessária, para além do intervalo onde se desenvolve o processo vital. Mas Arendt, no entanto, sugere que é importante não limitar o pensamento a sua solidão, mas orientá-lo em vista de seu desenvolvimento em julgamento. No espaço político das aparências e da partilha com os outros, pensar o bem não é fazer o bem. Não se trata, portanto, nem de se “engajar”, nem de “militar”, mas antes de reunir o universal ao particular, de “avaliar” e de “decidir”.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Crises da república*. Trad. José Valkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *A dignidade da política*. Trad. Antônio Abranches., et ali. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Trad. Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama e Texto, 1983.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRIEDRICK, Carl. *Tradição e autoridade em ciência política*. Trad. Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah arendt*. Trad. Benedicte Hovart e João Felipe Marques. Lisboa: Piaget, 1990.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Trad. Guilherme Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.